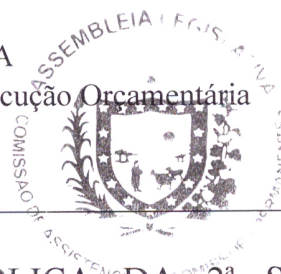


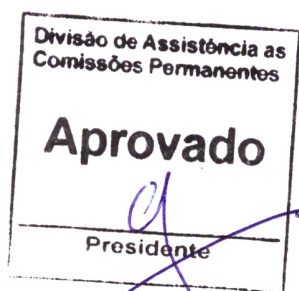


ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária



ATA



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI 1.049/2016 (PLOA/2017), DA LAVRA DO GOVERNADOR DO ESTADO, REALIZADA NO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia primeiro de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário "Deputado José Mariz", foi realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão Permanente de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária para discutir o Projeto de Lei nº 1.049/2016 (PLOA/2017) da lavra do Governador do Estado, sob a presidência do deputado Edmilson Soares. Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e convidou para compor a Mesa os senhores: deputado Frei Anastácio; deputado João Bosco Carneiro; Sr. Bertrand Asfora, Procurador Geral do Ministério Público do Estado da Paraíba; Sr. Edy Wilson Fernandes de Santana, Auditor do TCE-PB; Sr. André Luiz Pessoa de Carvalho, Defensor Público do Estado da Paraíba; Dr. Vanildo Brito, Defensor Público Geral da Paraíba; Sr. Paulo Romero Ferreira, diretor de economia e finanças do Tribunal de Justiça da Paraíba; Sr. Manoel Isidro dos Santos Neto, presidente do Fenafisco; Dr. Tércio Handel Pessoa, secretário de Estado do Planejamento e Gestão. Ato contínuo o deputado Frei Anastácio assumiu a presidência dos trabalhos e convidou o deputado João Bosco Carneiro para secretariar os trabalhos e promover a leitura do Edital de convocação da Audiência Pública. Em seguida, o senhor secretário leu a lista de convidados para esta sessão: Sr. Nelson Júnior, professor da UEPB; Sr. Paulo Marcelo Lima, presidente da CUT; Sra. Setembrina Martins de Melo, presidente do Sindsaúde; Sr. José Marcone Medeiros, presidente da Federação

do Comércio do estado da Paraíba; Sr. Francisco de Assis Benevides Gadelha, presidente da FIEP; Sr. Graco Terceiro Neto, Presidente do Sindicato dos Hotéis, Bares e Similares; Sr. José Carlos Belarmino da Silva, coordenador geral do Sintep; sr. Bartolomeu de Araújo Pontes, da Associação dos Professores de Licenciatura Plena da Paraíba; sr. Fernando Antônio Borges, presidente da Federação dos Trabalhadores em Serviços Públicos do estado da Paraíba; Sr. Tarcísio Campos Saraiva, presidente do Sindicato dos Médicos; Sra. Maria de Lourdes Dantas, presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo do Estado da Paraíba (SINPOL); sr. Manoel Isidro dos Santos Neto, presidente do Sindfisco; sr. João Bosco Ferraz de Oliveira, Presidente do Conselho Regional de Economia; sra. Maria do Socorro Targino Praxedes, presidente da Fundação Margarida Maria Alves; sr. Romualdo Farias de Araújo, presidente da associação comercial da Paraíba; sr. Murilo Correia Paraíso, presidente da Associação dos Cortadores de Cana da Paraíba; Sr. Eronaldo de Vasconcelos Maia, presidente do CDL de João Pessoa; sr. José Artur de Melo de Almeida, presidente da Câmara de Diretores e Lojistas de Campina Grande; sr. Mário Antônio Pereira Borba, presidente da Associação de Agricultura e Pecuária do estado da Paraíba; sr. Liberalino Ferreira de Lucena, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado; Sr. Jucélio Araújo de Figueiredo, presidente do CREA; sr. João Barbosa de Lucena, presidente do Sindicato da Indústria e da Construção Civil da cidade de João Pessoa; Sr. Armando Duarte Marinho, presidente do Sindicato dos Engenheiros da Paraíba; sr. Antônio Erivaldo Henrique de Sousa, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil; sr. Camilo de Sousa Amaral, presidente da Associação dos Técnicos, Auxiliares e Analistas do Poder Judiciário do estado da Paraíba; sr. Lúcio Flávio Costa, do sindicato dos administradores do estado da Paraíba; sra. Maria Madalena Abrantes Silva, presidente da Associação Paraibana dos Defensores Públicos. Leitura das justificativas de ausência: ofício 630/2016 do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba que indica como representantes os servidores Josenilton Alves Diniz, Wilson Fernandes Santana e outros. Ato contínuo o presidente, deputado Frei Anastácio, concedeu vinte minutos ao expositor da peça orçamentária, senhor Tércio Pessoa. Na tribuna, o secretário de Estado do Planejamento e Gestão saudou os presentes e tratou da Proposta de Lei Orçamentária para o ano de 2017. Em seu pronunciamento, apresentou slides para expor a situação fiscal da Paraíba. Acerca do relatório do Tesouro Nacional que rebaixou a classificação de risco do ranking fiscal da Paraíba, alertou para a necessidade de revisão dos critérios utilizados, inclusive por não terem coerência os estabelecidos por agências internacionais de classificação de risco, como Fitch e



Santardt & Poor's (S&P). Informou que a avaliação impede a concessão de empréstimos com juros mais baixos e determina que qualquer financiamento deve ser previamente autorizado pela União. Disse que o Estado ficou impedido de investir mais de R\$ 476.000.000,00 (quatrocentos e setenta e seis milhões de reais) nas áreas de infraestrutura, habitação, acesso à água e desenvolvimento rural e econômico. O secretário citou que a Paraíba ficou entre os seis melhores resultados do país quanto às despesas com pessoal, assim como obteve o nono melhor resultado no índice de dívida consolidada e líquida e receita corrente líquida. Salientou que não houve queda na arrecadação própria e a Paraíba ocupa a 21ª posição em relação ao gasto per capita. Disse que o rebaixamento da classificação de risco da Paraíba decorre da queda nas receitas de transferência do Governo Federal. Demonstrou que o Estado vem economizando de forma substancial com custeio, apesar dos investimentos realizados. Defendeu a realização de investimentos pelo estado a fim de garantir uma política econômica ajustada, atuando como agente indutor de desenvolvimento. Criticou as decisões administrativas do Governo Federal e o corte de investimentos para direcionar recursos ao pagamento de juros de créditos aos bancos. Destacou o compromisso e pontualidade nos pagamentos de salários aos servidores do Estado. Apresentou o anexo do programa de ajuste fiscal do estado e disse que o grande problema é o custeio dos regimes previdenciários, visto a queda de arrecadação e das transferências do FPE. Apresentou em slides a projeção de receita para o ano de 2017. Disse que a crise econômica é real e que espera melhorias a partir do ano que vem. Com a palavra, o presidente deputado Frei Anastácio anunciou que o deputado Jeová Campos seria o próximo orador, com direito a falar por três minutos, prorrogáveis até cinco minutos. Passou a ocupar a tribuna o deputado Jeová Campos e após saudar os presentes ressaltou que quanto ao mérito do debate era preciso admitir que o país estava passando por uma grande crise econômica, que reflete diretamente nas receitas, por isso, todos os órgãos ficam prejudicados porque não recebem o repasse que deveriam. Na oportunidade, solicitou ao Secretário que fizesse um paralelo, entre os anos de 2014 e 2015, para se saber quanto era o fundo de participação e as despesas destes períodos e avaliar a situação atual e também, indagou quais serão as expectativas para a Paraíba, no próximo ano. Concluiu externando sua opinião pessoal, dizendo que a crise era mundial e não estava vendo uma solução imediata e o responsável por este momento econômico-financeiro difícil do país era os Estados Unidos, por sempre impor a economia mundial e tinha um histórico de "quebrar" financeiramente muitos países. O próximo orador foi o Senhor Vanildo Brito, Defensor Público do Estado. Após saudar os presentes,

disse que o orçamento enviado pela Defensoria para a LOA foi de 95 milhões, para “atender as necessidades básicas daquele órgão”. Ressaltou que nas cidades que têm um juiz respondendo pela Comarca, necessariamente deveria ter um Defensor, mas atualmente, isto não acontecia porque o déficit de Defensores era grande e com o orçamento reduzido não tinha condições de contratar novos Defensores. Frisou que mesmo com o orçamento apertado foi nomeado recentemente dez defensores e necessitava de muitos mais, como também, expandir as sedes e contratar mais estagiários. Entre outras considerações, concluiu solicitando a compreensão desta Casa e do Governo do Estado para que o Orçamento destinado àquele órgão possa oferecer melhores condições de trabalho. Passou a falar o Professor Nilson Júnior, Presidente da Associação dos Professores da UEPB, ADUE – PB. Saudou os presentes e criticou a forma que este Governo vem tratando a Educação, saúde e segurança. Criticou e considerou um absurdo a proposta do Governo Federal de propor a PEC 241 que previu o congelamento dos repasses para a educação e saúde. Neste sentido, disse que estava solidário com todos os estudantes que invadiram as escolas para protestarem contra esta PEC e parabenizou a estudante Ana Julia, de 16 anos, pelo pronunciamento audacioso que fez na Assembleia Legislativa do Paraná. Lamentou que a imprensa nacional não tenha mostrado, principalmente a Rede Globo, a real situação do país e nem tem noticiado as manifestações dos estudantes em todo o país. Com relação ao Orçamento do Estado disse que a situação econômica do Estado não estava tão ruim quanto estava sendo apresentada pelo Secretário. Na oportunidade, apresentou os dados das receitas do estado dos anos 2015 e 2016 e foi de opinião que era possível superar a crise financeira. Frisou que a UEPB este ano não avançou muito em investimento, não pode se expandir por falta de recursos e interesse do Governo Estadual e também os Professores não tiveram nenhum reajuste. Concluiu solicitando a compreensão e a sensibilidade desta Casa para os pleitos da UEPB e se colocou à disposição. Passou a ocupar a tribuna a Senhora Maria Madalena Abrantes, Presidente da Associação Paraibana dos Defensores Públicos. Após saudar os presentes, disse que vieram a esta Audiência Pública da apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2017, manifestar incansavelmente a indignação da categoria com o reiterado descumprimento da Constituição Federal em relação a autonomia administrativa e financeira e a iniciativa de sua proposta orçamentária e, principalmente, o descumprimento da decisão judicial. Na oportunidade citou a ADI 5287 do Supremo Tribunal Federal, recentemente, ao declarar a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 10.437/2015, em razão da prévia redução unilateral perpetrada pelo Governador do Estado. “É



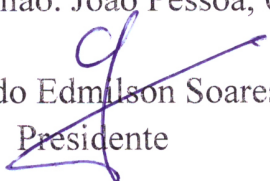
inconstitucional a redução unilateral pelo Poder Executivo dos orçamentos propostos por outros Poderes e por órgãos constitucionalmente autônomos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública”. Diante disto, disse que este órgão veio a esta Casa no momento oportuno, quando se estava debatendo a LOA, para tentar reverter a situação com o apoio deste Poder. Ressaltou que a palavra de ordem ultimamente tem sido a crise, cortes de recursos, entre outros. Mas, segundo a oradora a Defensoria Pública vem sendo prejudicada com a diminuição de recursos desde 2011, quando começaram os cortes nas dotações orçamentárias, em contraposição às disposições constitucionais que reafirmavam ser a Defensoria Pública o órgão essencial ao funcionamento da Justiça. Portanto, “a reclamação ora feita não é apenas por justiça, mas, principalmente, pelo cumprimento de decisão judicial”. Entre outras considerações, a oradora solicitou o apoio dos deputados nas reivindicações daquele Órgão para o Orçamento do ano de 2017, levando em consideração a Constituição Federal e respeitada a autonomia administrativa e financeira desta Instituição. O próximo orador foi o deputado Renato Gadelha e após fazer as saudações de praxe, agradeceu e parabenizou o Secretário pela postura e disponibilidade. Em seguida, disse que o Orçamento que foi remetido pelo Governo Estadual para esta Casa veio com distorções, “e a oposição estava interessada em fazer o melhor para a Paraíba”. Ressaltou que as distorções são graves, como por exemplo, foram retirados 40 milhões da saúde e da educação enquanto que na Secretária do Governo foi colocado mais 120 milhões. E indagou, se não houver uma boa reserva de contingências, de onde será tirado recursos em caráter de urgência, para salvar uma situação. São estas situações, disse o orador, que a oposição estava preocupada e não poderia deixar de discutir para encontrar uma saída. Disse ainda, que o Secretário fez uma explanação muito boa, onde tentou explicar os motivos pelo qual a Paraíba foi rebaixada. No entanto, disse que não acreditava que o Tesouro Nacional iria prejudicar o Estado. Entre outras considerações, disse que o Governo do Estado, para aumentar as receitas, elevou os tributos estaduais, isto prejudicou os empresários locais. Então, agora será preciso repensar numa saída para retomar a economia e a Paraíba conseguir investimentos para crescer. Passou a ocupar a tribuna o Senhor Bertrand Asfora, Procurador Geral do Ministério Público Estadual. Após saudar os presentes, disse que estava vendo o esforço do Governador para superar a crise. Pois esta situação difícil que passa o país é um fato, mas precisamos preservar o propósito de todos os órgãos. Entre outras considerações, criticou a PEC 241, disse que era uma emenda muito dura e congelar os repasses por 20 anos será um grande problema, que culminará no aumento da inflação. Então, será preciso discutir

com muita atenção a Lei do Orçamento e tentar preservar o propósito de cada órgão, como já havia falado. Ocupou a tribuna o deputado Tovar Correia Lima, saudou a todos e disse que sua preocupação não era nem a forma de governar o Estado, mas sim, a dificuldade que o Chefe do Executivo tem de dialogar. Agindo assim, ficará difícil de saber de onde irá colocar e tirar recursos. Segundo o orador, é esta postura que esta Casa não poderá aceitar, como também, ter diminuído recurso da educação e saúde para aumentar em propagandas. Disse ainda, que houve uma perda muito grande do poder de compra dos funcionários, por terem seus salários e progressões congelados. Acrescentou que foram estas situações, entre outras, e os repasses de recursos reduzidos para os órgãos que apontaram para uma má administração do Governo Estadual. O próximo orador foi o Senhor Manoel Isidro, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Fenafisco. Saudou a todos e em seguida disse que fez um levantamento, onde foi comprovado, que desde o ano de 1997 que a arrecadação do ICMS era maior do que o Fundo de Participação e a cada ano vinha se superando. Foi de opinião o orador que a Paraíba não tinha motivos para estar em má situação, se houve aumento dos impostos e também, contrair empréstimos para sanar dívidas, não era a solução. Defendeu que era preciso buscar outras alternativas, como o combate à sonegação e valorizar as ações tributárias e os fiscais. Disse ainda, que quem estava sendo muito prejudicado com os problemas financeiros do Estado era o servidor público. Neste sentido, fez um apelo aos deputados e ao Secretário para que garantam no orçamento o aumento salarial dos servidores para o próximo ano. Assumiu a presidência o deputado João Bosco Carneiro e logo após, passou a palavra para o deputado Frei Anastácio. Da tribuna, o orador saudou os presentes e indagou ao Secretário, diante de todos os dados apresentados quais serão as projeções para 2017. Em seguida, disse que lamentava que as atitudes do Governo Federal não estavam sendo republicanas e pareciam ser de retaliações para com a Paraíba. Concluiu fazendo vários questionamentos ao Secretário, entre outros, qual será a medida tomada extra orçamental para resgatar a capacidade de arrecadação. Reassumiu a presidência dos trabalhos o deputado Frei Anastácio e logo após, passou a palavra para o Professor Josivaldo Cunha, vice-Presidente Regional do Sindicato Nacional dos Docentes. De posse da palavra o orador disse que fará algumas colocações. Iniciou dizendo que era preciso afastar o Presidente Temer da Presidência porque não tinha legitimidade para assumir este cargo e lamentou as propostas contidas na PEC 241 do Governo Federal, que previu o congelamento dos recursos para a educação por 20 anos e também, a PEC 242 do Governo do Estado que



congelou os salários e as progressões dos servidores por dois anos. Entre outras ponderações, sugeriu que fosse realizada uma Audiência Pública para que fosse discutida a PEC 241 e solicitou a presença dos três Senadores paraibanos. O Presidente concedeu a palavra ao Senhor Antônio Pereira, que cumprimentou todos e disse que este momento é muito importante, e que se preocupava com a questão nacional, e que o orçamento do estado está em quase 11 bilhões, e que o Congresso Nacional consome quase 11 bilhões de reais. Disse que o número é revoltante, e que não pode deixar o projeto 241 tornar-se lei. Afirmou que o mesmo traz congelamento. Informou que Campina Grande está com dificuldades e o Governo não dá respostas. Pediu atenção aos Deputados para resolver essa questão que é urgente. Agradeceu e encerrou suas colocações. O Presidente concedeu a palavra ao Secretário Tarcio Pessoa, que iniciou afirmando que este momento é muito importante para a discussão do orçamento democrático. Disse ainda, que faz questão de participar de todos os debates dentro desta casa e que o Deputado Jeová Campos trouxe uma preocupação com a situação hídrica, e afirmou que o curimataú está sofrendo com a seca. O Secretário disse que reitera sua preocupação com o financiamento e que nenhum Estado consegue fazer investimentos sem financiamento. Informou que 80% do que se arrecadava eram distribuídos com os municípios, e hoje não chega a 40% e salientou que muitos Estados estão entrando em falência. Informou ainda que em 2010 eram 43% a receita arrecadada do FPE e hoje é de 39%. Em relação à Defensoria, o orçamento foi proposto conforme a LDO. Caso aumente será violada a LDO e que não existe espaço para aumentar os salários, destacando que está sendo feito muito esforço para pagar o pessoal em dia. O Secretário disse que tem consciência que algumas áreas estão sendo financiadas, mas infelizmente não tem como avançar e que o modelo estatal nacional chegou ao seu exaurimento, precisava ser mudado. Comunicou que nos últimos três anos foram expedidos mais títulos do tesouro nacional de todos os tempos. Destacou que este ano o Estado irá fechar com superávit e que tem mais de 500 milhões de investimentos. Disse ainda, que o deputado Tovar Correia Lima questionou sobre o aumento de 18% do orçamento para o Gabinete do Governador. Explicou que a PBPrev está lotada dentro do Gabinete, sendo essa a razão. O Secretário disse que foi necessário tirar valores da infraestrutura e que não pode refletir a inflação por que não tem receita. Destacou que o ICMS é um imposto caduco e que já cumpriu seu papel. Defendeu que os empreendedores seguram o país, afirmando que nenhum país do mundo tributa ICMS. Finalizou dizendo que faz o possível para manter as universidades funcionando dentro do limite orçamentário e que há um desequilíbrio no sistema previdenciário. Agradeceu e

encerrou. O Presidente agradeceu a todos que participaram da audiência e declarou encerrada a presente reunião. João Pessoa, 01 de novembro de 2016.


Deputado Edmilson Soares
Presidente

